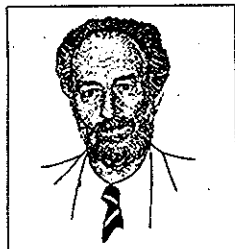


WASHINGTON NOVAES

# Clima – “realismo” versus prudência

**A**té aqui, não parece haver razões para otimismo quanto aos resultados da reunião técnica que realizam em Lyon, na França, representantes dos países que assinaram a Convenção sobre Mudanças Climáticas, entre eles o Brasil. É a última reunião preparatória da reunião em nível di-



**Apesar de as mudanças climáticas se agravarem, não há avanço nas negociações**

plomático marcada para Haia, na Holanda, em novembro, na qual os signatários do chamado Protocolo de Kyoto devem anunciar medidas para pôr em execução em 2002 os compromissos ali assumidos em 1997, entre eles o de os países industrializados reduzirem em 5,2% (sobre os níveis de 1990), entre 2008 e 2012, suas emissões de gases poluentes da atmosfera que contribuem para o chamado efeito estufa.

A entrada em vigor do protocolo depende da ratificação por países que representem pelo menos 55% das emissões – o que ainda não aconteceu nem parece ter chance próxima de acontecer, já que o Senado dos EUA, o maior emissor de poluentes, se recusa a aprovar o documento se os países em desenvolvimento também não assumirem o compromisso de reduzir suas emissões (o que não está no protocolo nem esses países aceitam, por entenderem que a responsabilidade maior e inicial deve caber aos países industrializados, por sua participação na emissão de gases já acumulados na atmosfera desde o início da revolução industrial).

Além disso, como o protocolo prevê a possibilidade de um país comprar de outro “direitos de emissão” de poluentes (se o último as houver reduzido a partir de 1990), o compromisso de redução de emissões previsto no protocolo poderia ser cum-

prido só por esse caminho. EUA, Canadá e Japão, os maiores interessados, poderiam comprar direitos da Rússia, Ucrânia e outras nações que reduziram suas emissões depois de 1990 (só a Rússia, mais de 50%, por causa do declínio industrial).

Com isso os EUA, que já respondem por 48% das emis-

sões do Ocidente, a persistir o ritmo atual de emissões, chegarão a 2010 emitindo 30% mais do que o faziam em 1990, quando assinaram a convenção. O chamado G-8, que além dos EUA inclui Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia e Grã-Bretanha, é responsável por 57% das emissões (o Brasil, que não assumiu obrigações em Kyoto, é o 18.º maior emissor; mas, se forem incluídas as emissões decorrentes de queimadas, mudanças no uso da terra e de florestas, fica entre os dez primeiros).

A posição americana é diferenciada da da Alemanha, Grã-Bretanha e França. Os dois primeiros países já conseguiram reduzir uma parte do que se comprometeram em suas emissões em relação a 1990. A França prepara-se para ratificar o Protocolo de Kyoto. Aí, entra uma questão de custos da redução de emissões e de acesso a fontes alternativas de energia. O cálculo que se faz é de que custará a cada país cerca de 1,3% de seu produto interno bruto, a cada ano, adaptar sua matriz energética para reduzir as emissões. Com o maior PIB do mundo, umas oito vezes maior que o brasileiro, e a maior produção industrial, os EUA teriam o maior custo. No caso brasileiro, seriam uns US\$ 10 bilhões anuais, estima-se.

Curioso é que, ainda uma vez, o pessimismo em Lyon é simultâneo com informações

cada vez mais preocupantes sobre as temidas mudanças climáticas:

■ Pela primeira vez, constatou-se há poucas semanas que a camada de gelo do Ártico está-se derretendo e dando passagem a navios, em lugares onde há seis anos a espessura do gelo variava entre quase 2 e quase 3 metros; as temperaturas ali, nesta década, são as mais altas em quatro séculos, segundo a National Science Foundation, dos EUA, que registra aumentos de até 6,5 graus; na Groenlândia, o gelo está diminuindo à razão de 50 bilhões de toneladas por ano;

■ no verão deste ano, a Europa teve as mais altas temperaturas deste século, em alguns lugares próximas dos 50 graus Celsius;

■ as previsões tornam-se cada vez mais negativas; as do Washington State Energy Office, órgão oficial dos EUA, são de que as temperaturas no planeta poderão elevar-se até 9 graus Celsius no final do século 23;

■ o Instituto Goddard para Estudos Espaciais afirma que em 2030 o nível de carbono na atmosfera poderá chegar ao dobro do que era antes da revolução industrial (hoje está uns 30% acima); já o National Climate Data Center entende que o ritmo de aumento da temperatura já está hoje em 3% por século (nível antes previsto só para o fim deste século); e o cientista Thomas Crowley, da Universidade A&M, do Texas, depois de analisar dados de mil anos, assegura que as causas naturais contribuem só com 25% para o aumento de temperatura já observada no planeta – o resto se deve a ações humanas.

Com tantas evidências, até a Coalizão Global do Clima, que reunia as maiores empresas poluidoras do mundo, está desistindo de contestar que o aumento da temperatura se deve a ações humanas. A coalizão já perdeu o apoio de empresas como British Petroleum, Dupont, Royal Dutch Shell, Ford, Texaco, General Motors, Daimler Chrysler.

Mas o impasse nas negocia-

ções persiste – o que reforça a possibilidade, já comentada neste espaço, de que se decida em Haia apenas pôr em vigor o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e se esqueça ou adie o restante que foi aprovado em Kyoto. Pelo MDL, um país industrializado poderia financiar em outro país projeto que assegure uma redução na emissão de poluentes e descontar essa redução no seu balanço próprio de emissões.

No Brasil, já há movimentação intensa de setores que pretendem aprovar projetos nessa área, para regulamentar as chamadas commodities ambientais, criar a Célula de Produto Ambiental, mecanismos de negociação em bolsa específica – visando especialmente a usufruir uma vantagem comparativa: aqui, custaria em torno de US\$ 9 por tonelada o seqüestro de carbono, enquanto nos países industrializados custaria centenas de dólares, o que levaria os últimos a recorrer ao MDL.

Permanece, entretanto, uma incógnita: qual a posição oficial brasileira em relação a outro ponto – o discutido pagamento pela manutenção de florestas já existentes (só na Amazônia seriam 70 bilhões de toneladas de carbono estocadas nas árvores; derubá-las, segundo o professor Pedro Leite da Silva Dias, do Instituto Astronômico e Geofísico da USP, afetaria todos os países)? Há quem afirme que os compromissos de manutenção do estoque implicariam necessidade de fiscalização externa, afetando a soberania. Há quem entenda de outra forma. Mas não se conhece ainda uma posição oficial.

Na verdade, pouco mudaram as tendências nos últimos meses. Surgiram mais notícias sobre o agravamento do panorama das mudanças climáticas. Mas não há avanço sensível nas negociações. O “realismo” econômico parece prevalecer sobre o bom senso.